

**ESTUDOS SOBRE AGRONEGÓCIO E URBANIZAÇÃO:
a Região Metropolitana de Fortaleza (CE)**

Denise Elias
Renato Pequeno
Felipe Rodrigues Leitão

ESTUDOS SOBRE AGRONEGÓCIO
E URBANIZAÇÃO:
a Região Metropolitana de Fortaleza (CE)

LETRAPITAL

Copyright © Denise Elias, Renato Pequeno e Felipe Rodrigues Leitão, 2024

Todos os direitos reservados e protegidos pela Lei nº 9.610, de 19/02/1998.

Nenhuma parte deste livro pode ser reproduzida ou transmitida, sejam quais forem os meios empregados, sem a autorização prévia e expressa do autor.

EDITOR João Baptista Pinto

CAPA Felipe Rodrigues Leitão

PROJETO GRÁFICO E EDITORAÇÃO Luiz Guimarães

REVISÃO Dos autores

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA FONTE
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

E41e

Elias, Denise

Estudos sobre Agronegócio e Urbanização: a Região Metropolitana de Fortaleza (CE)/
Denise Elias, Renato Pequeno, Felipe Rodrigues Leitão. - 1. ed. - Rio de Janeiro:
Letra Capital, 2024.

244 p. ; 15,5x23 cm.

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7785-960-3

1. Geografia Econômica. 2. Geografia Agrária e Geografia Urbana - Aspectos socioespaciais - Região Metropolitana de Fortaleza (CE). 3. Geografia agrícola - Fortaleza (CE). 4. Economia agrícola - Fortaleza (CE). I. Pequeno, Renato. II. Leitão, Felipe Rodrigues. III. Título.

CDD: 307.7098131

24-92112

CDU: 316.334.55/.56:338.43(813.1)

Meri Gleice Rodrigues de Souza - Bibliotecária - CRB-7/6439

LETRA CAPITAL EDITORA
Tels.: (21) 3553-2236/2215-3781
www.letracapital.com.br

Sumário

PREFÁCIO - Além do Tech, do Agro e do Pop: desvendando o novo Brasil	7
<i>Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro</i>	
<i>Nelson Diniz</i>	
Pensando o agronegócio na Região Metropolitana de Fortaleza: à guisa de introdução	15
<i>Denise Elias</i>	
CAPÍTULO 1 - Ceará: reestruturação econômica e nova economia política da urbanização	31
<i>Denise Elias</i>	
<i>Renato Pequeno</i>	
CAPÍTULO 2 - A Região Metropolitana como recorte espacial para estudos sobre o agronegócio: questões de método e metodologia.....	69
<i>Denise Elias</i>	
CAPÍTULO 3 - O que há de agrário na Região Metropolitana de Fortaleza?	95
<i>Denise Elias</i>	
<i>Renato Pequeno</i>	
<i>Felipe Rodrigues Leitão</i>	
CAPÍTULO 4 - Avicultura na Região Metropolitana de Fortaleza: produção, agentes e dinâmicas socioespaciais	125
<i>Denise Elias</i>	
<i>Felipe Rodrigues Leitão</i>	
<i>Renato Pequeno</i>	
CAPÍTULO 5 - Agroindústria alimentar: epicentro do agronegócio no Ceará.....	155
<i>Denise Elias</i>	

CAPÍTULO 6 - Agronegócio e relações campo-cidade no Ceará.....	187
<i>Denise Elias</i>	
<i>Felipe Rodrigues Leitão</i>	
CAPÍTULO 7 - Agronegócio e economia urbana na Região Metropolitana de Fortaleza (CE).....	209
<i>Denise Elias</i>	
<i>Felipe Rodrigues Leitão</i>	
Os autores	243

PREFÁCIO

Além do Tech, do Agro e do Pop: desvendando o novo Brasil

*Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro¹
Nelson Diniz²*

O Brasil do século XXI é muito diferente do Brasil da maior parte do século XX. No entanto, a percepção dessa nova realidade encontra dificuldades na sociedade, na política e mesmo na academia para se converter em uma representação social amplamente compartilhada e em uma chave incontornável de leitura do presente e de projeção do futuro de nosso país. Tal é a primeira e destacável contribuição desta obra, escrita em “caráter exploratório”, como afirmam seus autores e autora, Denise Elias, Renato Pequeno e Felipe Rodrigues Leitão: ajudar a construir e compartilhar essa representação do novo Brasil, o Brasil do século XXI.

Trata-se de um livro baseado na análise da relação entre os “agronegócios” e a urbanização, com o objetivo de identificar e compreender algumas das principais tendências de transformação da metrópole de Fortaleza. Porém, solicitamos permissão ao leitor e à leitora para melhor explicitar nosso ponto de vista: um ponto de vista de longa duração, a partir do qual gostaríamos de apresentar esta obra, dela nos afastando, provisoriamente, no tempo e no espaço, para a ela retornar ao final deste prefácio.

¹ Professor Titular do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IPPUR/UFRJ). Pesquisador Emérito da Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF). Pesquisador 1A do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ). Pesquisador Associado do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Coordenador Nacional do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia Observatório das Metrópoles. Email: lcqribeiro@gmail.com.

² Professor do Departamento de Geografia e da Licenciatura em Geografia do Colégio Pedro II (CPII). Pesquisador do Observatório das Metrópoles. Email: nelson.filho.1@cp2.edu.br.

* * *

Ao menos entre 1930 e 1980, o Brasil esteve entre os países que apresentaram os níveis mais expressivos e sustentados de crescimento econômico no mundo. Nesse período, a conservadora modernização brasileira foi conduzida sob o protagonismo do Estado desenvolvimentista, que coordenou a formação de um sistema produtivo complexo, diversificado e integrado, tanto espacial quanto intersetorialmente, de acordo com a caracterização desse sistema defendida por Pochmann e Silva (2023).

Após um período de ambiguidade estrutural do Estado – que exigiu das classes dominantes/modernizantes, de perfil eminentemente urbano-industrial, uma série de concessões em termos de participação social e política das classes populares – prevaleceram, após o golpe de 1964, o autoritarismo e o aprofundamento das relações de dependência. A partir de então, já na fase de metropolização do país, os trabalhadores sentiram os efeitos mais agudos da superexploração do trabalho e da espoliação urbana, conforme as elaborações clássicas de Ruy Mauro Marini ([1973] 2005) e Lúcio Kowarick (1979), respectivamente.

Seja como for, houve um reposicionamento ascendente do Brasil na divisão internacional do trabalho. Elevado à condição de formação social semiperiférica, o país abandonou o modelo econômico primário-exportador, quase completou a industrialização substitutiva, ao menos em relação ao paradigma da II Revolução Industrial, e assumiu também a condição de exportador de bens e serviços industriais.

Ainda de acordo com Pochmann e Silva (2023), isso só foi possível graças à formação de uma “maioria política” de caráter abertamente antiliberal, cuja origem remete a movimentos e tendências políticas que se enfrentaram, pela direita e pela esquerda, com a hegemonia do agrarismo, a exemplo da experiência do tenentismo e da influência de algumas de suas principais lideranças.

Assim, acompanhando a construção da modernidade capitalista no país, o antigo arquipélago brasileiro foi

convertido em uma totalidade complexa e integrada, ainda que prevalecessem enormes desigualdades entre regiões e classes sociais. Entretanto, no início dos anos 1980, ou seja, na “pré-história” dos ajustes neoliberais da economia brasileira, especialmente a partir do triênio recessivo 1981-1983, esse cenário começou a se “desmanchar no ar”. Com o agravamento da crise da dívida externa, o Brasil foi conduzido para uma nova direção, que expressava, inclusive, uma “nova dependência”, tal como sugerido, na ocasião, por Celso Furtado (1985).

Desse modo, apesar do retorno a algum nível de ambiguidade estrutural do Estado, sobretudo diante das novas formas de organização sindical, dos novos movimentos sociais no campo e na cidade e das novas reivindicações por direitos, que acompanhavam o ocaso da ditadura, o Brasil tomou um rumo totalmente distinto do que ocorrera durante o período desenvolvimentista. A Constituição de 1988 foi promulgada com um perfil reformista, progressista e redistributivista, mas em total contradição com a chegada, de fato, do neoliberalismo ao país. A partir de então, recorrendo novamente aos argumentos de Pochmann e Silva (2023), o que predominou foi o movimento geral da “desmodernização” do Brasil.

Após sucessivas ondas de neoliberalização – que prosperaram nos anos 1990, foram mantidas durante o período lulista e se radicalizaram após o golpe parlamentar de 2016 – o país se desindustrializou. Ao mesmo tempo, o Brasil passou a depender cada vez mais das receitas oriundas da exportação de produtos primários e semielaborados, isto é, de *commodities* agrícolas e minerais, sem perder de vista, ainda, sua metamorfose em uma plataforma de financeirização, tanto do estoque interno de riqueza envelhecida quanto dos capitais portadores de juros ultracentralizados em busca de alternativas de investimento nos circuitos da valorização financeira em todo o mundo.

Assim, o país foi reconduzido à condição de formação social periférica, em um novo reposicionamento, agora descendente, na divisão internacional do trabalho. O modelo primário-exportador tornou-se, mais uma vez, o horizonte do

“desenvolvimento”, especialmente após o chamado superciclo das *commodities* (aproximadamente entre 2003 e 2014), que animou o debate sobre as possibilidades e os limites econômicos, sociais e ambientais do “neoextrativismo” na América Latina. É indiscutível que a dependência se aprofundou ainda mais, o que fez autores e autoras como Fiori (1995) e Paulani (2022) sustentarem a existência de uma “novíssima dependência” e, mais recentemente, de uma “dependência 4.0”, diante dos processos de digitalização e plataformação do capitalismo. Porém, dessa vez, a dependência não resultou na construção, mas na desintegração espacial, no desencadeamento intersetorial e, no extremo, na destruição do aparelho produtivo nacional.

Hoje, o Brasil é, acima de tudo, um país que sofre os piores efeitos sociais e territoriais da financeirização, da reprimarização e da desindustrialização, tudo isso acentuado pelo agravamento da crise ecológica e pela intensificação da exploração da força de trabalho. Trata-se, portanto – para recordar, mais uma vez, o saudoso Celso Furtado (1992) – de uma construção que foi, no mínimo, interrompida. Assim, o Brasil do século XXI é muito mais parecido com o Brasil do século XIX e do início do século XX, ou seja, o Brasil das oligarquias agrárias e da questão social resolvida como questão exclusivamente policial.

Em linhas gerais, essa é a leitura do Brasil contemporâneo e de sua ordem urbana que temos defendido no projeto “*A nova urbanização dependente no capitalismo rentista-neoextrativista*”, desenvolvido no âmbito do INCT Observatório das Metrôpoles e do qual participa, dentre outros autores e autoras, a professora Denise Elias³.

Mas como essa regressão foi possível? Trata-se de uma imposição de fora para dentro? De uma nova forma de dominação imperialista? Como se sabe, o que está em curso não é tão simples assim.

Longe de desaparecer, o imperialismo assumiu novo aspecto, reestruturando atividades econômicas nacionais e locais, para

³ Para mais informações sobre o projeto, seus objetivos, os pesquisadores e pesquisadoras envolvidos, consultar <https://sites.google.com/view/anovaurbanizacaodependente>. Acesso em: 28 mai. 2024.

inserir-las de maneira subalterna nas longas cadeias globais de valor. Isso permite aos grandes conglomerados internacionais, que controlam os principais circuitos financeiros, comerciais e logísticos, absorver parcelas cada vez maiores do mais-valor e das rendas da terra, geradas sobretudo pela superexploração do trabalho e pela espoliação da natureza⁴.

No entanto, ao lado de fatores externos, próprios da dinâmica sistêmica do capitalismo contemporâneo, é necessário considerar a formação de uma nova “maioria política”, dessa vez abertamente “neoliberal”, que renunciou completamente a qualquer pretensão de desenvolvimento nacionalmente dirigido.

Mais do que nunca, estamos, no Brasil do século XXI, diante de um “bloco no poder”, cujo padrão de atuação remete ao que Nicos Poulantzas (1976, 1978) chamava de “burguesia compradora”, isto é, uma burguesia direta e amplamente subordinada aos interesses capitalistas internacionais. Ou, recorrendo aos termos mais radicais de André Gunder Frank (1971), o que está em jogo, atualmente, é a hegemonia de uma “lumpen-burguesia”.

Seja como for, com relação a esse bloco no poder, é preciso destacar o papel central dos indivíduos, grupos e instituições vinculados ao “agronegócio”, cujo processo de formação política foi muito bem descrito e analisado por Caio Pompeia (2021), cabendo sublinhar não só a transposição do léxico próprio do universo anglo-saxão e do campo da administração de empresas (“*agribusiness*”), que escamoteia o latifúndio, mas, especialmente, a criação e a consolidação da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), o suporte intelectual de entidades como o Instituto Pensar Agro (IPA) e as campanhas publicitárias do tipo “agro é tech, agro é pop, agro é tudo”.

Daí a grande relevância e contribuição de obras como “*Estudos sobre o agronegócio e urbanização: a região metropolitana de Fortaleza (CE)*”, de Denise Elias, Renato Pequeno e Felipe Rodrigues Leitão. Em primeiro lugar, porque fica evidente que, para com-

⁴ A leitora e o leitor interessados no tema da atual forma histórica do imperialismo podem aprofundar seus conhecimentos recorrendo às elaborações de Furno (2022) e Smith (2024).

preender o Brasil do século XXI, é imprescindível considerar o que se passa no âmbito da influência política e econômica do agronegócio. É indiscutível que o setor tem uma das maiores bancadas no Congresso Nacional, ainda que, a depender dos critérios adotados, sua participação crescente no PIB possa ser questionada⁵. Mas será que ele tem contribuído, de fato, para o “desenvolvimento” do país? Será que não existe outro caminho para o Brasil, além do retorno à especialização produtiva de tipo primário-exportadora, com destaque para a agricultura e a pecuária?

Em segundo lugar, porque o “agro” já não diz mais respeito apenas ao “campo” ou ao “espaço rural”. Hoje, as relações campo-cidade se tornaram muito complexas, o que se expressa tanto no relativo deslocamento do poder e da riqueza para as chamadas “cidades do agronegócio”, quanto no impacto das atividades desse setor nas centralidades tradicionais da rede urbana brasileira, isto é, nas metrópoles. E a leitura dos três primeiros capítulos dessa obra – intitulados, respectivamente, “Ceará: reestruturação econômica e nova economia política da urbanização”, “A Região Metropolitana como recorte espacial para estudos sobre o agronegócio: questões de método e metodologia” e “O que há de agrário na Região Metropolitana de Fortaleza?” – demonstra exatamente isso: a relevância do “espaço rural” na Região Metropolitana de Fortaleza e o destacado papel das atividades agropecuárias na organização espacial dos municípios que a compõem.

Do mesmo modo, ao se analisar o tema do agronegócio, já não é mais tão simples estabelecer os limites entre os tradicionais setores da economia, primário, secundário e terciário. Há que se considerar, por exemplo, a formação dos denominados complexos agroindustriais (CAIs), que promovem a articulação sobretudo de atividades propriamente “agrícolas” e da “indústria de transformação”. Quanto a esse aspecto, o leitor e a leitora desta obra encontrarão as melhores indicações nos capítulos 4, 5 e 6, cujos títulos revelam o que está em questão: “*Avicultura na*

⁵ Conferir, por exemplo, a reportagem intitulada “*O agronegócio é mesmo um sucesso?*”. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/o-agronegocio-e-mesmo-um-sucesso/>. Acesso em: 28 mai. 2024.

RMF: produção, agentes e dinâmicas socioespaciais”, “*Agroindústria alimentar: epicentro do agronegócio no Estado do Ceará*” e “*Agroindústria alimentar e relações campo-cidade*”. São capítulos voltados justamente à compreensão da centralidade econômica e espacial da indústria agroalimentar no estado do Ceará e na Região Metropolitana de Fortaleza.

Por fim, a leitura atenta do capítulo 7, “*Agronegócio e economia urbana na Região Metropolitana de Fortaleza*”, revela que são muitos os nexos que conectam a atividade agropecuária e a agroindústria aos demais setores econômicos. Como se verá, é na Região Metropolitana de Fortaleza, por exemplo, que estão instaladas algumas das principais infraestruturas logísticas do agronegócio nordestino, com destaque para os portos de Mucuripe e Pecém, fundamentais para os fluxos de entrada e saída das cadeias de valor do “agro” que operam no estado do Ceará.

Que o leitor e a leitora não se enganem! Este livro traz muitos elementos de um “estudo de caso”, mas trata-se daqueles “casos” que expressam, com bastante clareza, aquilo que é “regular” e “generalizável”. Ou seja, os muitos anos de pesquisa que os autores e a autora dedicaram à investigação dos temas aqui abordados permitem afirmar que seu olhar sobre o Ceará e a Região Metropolitana de Fortaleza é, acima de tudo, um olhar a respeito do Brasil do século XXI, isto é, um país ainda mais dependente, submetido a diversas formas de rentismo e hegemonizado, em larga medida, pelo agronegócio.

Em síntese, por um lado, o Brasil não pode mais ser compreendido sem se considerar a centralidade das “cidades do agronegócio”, ou seja, dos espaços urbanos não metropolitanos associados à reestruturação produtiva da agropecuária e à expansão da economia e da sociedade do agronegócio (Elias, 2022, p. 146). Por outro lado, também é necessário levar em conta, como é feito neste livro, os impactos e a dinâmica específica impostos pela expansão do agronegócio nos espaços metropolitanos.

Assim, será possível conhecer melhor o Brasil do século XXI, um país que precisa encontrar um caminho alternativo para além do “tech”, do “agro” e do “pop”.

Referências

- ELIAS, D. Pensando a operacionalização de estudos sobre cidades do agronegócio. **Revista Tamoios**, v. 18, n. 1, p.144-164, 2022. DOI: <https://doi.org/10.12957/tamoios.2022.63811>.
- FIORI, J. L. **A globalização e a novíssima dependência**. Série Textos para Discussão, n. 343. Rio de Janeiro: Instituto de Economia Industrial (UFRJ), 1995.
- FURNO, J. **Imperialismo: uma introdução econômica**. Rio de Janeiro: Editora Da Vinci, 2022.
- FURTADO, C. **La nueva dependencia: deuda externa y monetarismo**. Buenos Aires: Centro Editor de América Latina, 1985.
- FURTADO, C. **Brasil: a construção interrompida**, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- GUNDER FRANK, A. **Lumpem-Burguesia: lumpem-desenvolvimento**. Porto: Portucalense, 1971.
- KOWARICK, L. **A espoliação urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- MARINI, R. M. Dialética da Dependência. In: TRESPADINI, R.; STÉDILE, J. P. (org.). **Ruy Mauro Marini: vida e obra**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.
- PAULANI, L.. A dependência revisitada: relações de troca, a fase 4.0 e o caso do Brasil. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, n. 64, p. 68-106. 2022.
- POCHMANN, M.; SILVA, L. C. **O Brasil no século XXI: desmodernização e desencadeamento intersetorial**. Campinas: Editora da Unicamp, 2023.
- POMPEIA, C. **Formação política do agronegócio**. São Paulo: Editora Elefante, 2021.
- POULANTZAS, N. **Crise das ditaduras – Portugal, Grécia, Espanha**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1976.
- POULANTZAS, N. **Classes sociais no capitalismo de hoje**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.
- SMITH, J. **Imperialismo no século XXI: globalização da produção, superexploração e a crise do capitalismo**. São Paulo: Expressão Popular, 2024.

Pensando o agronegócio na Região Metropolitana de Fortaleza: à guisa de introdução

Denise Elias

O Estado do Ceará vem assumindo um novo papel na divisão social e territorial do trabalho no Brasil, especialmente desde a década de 1990. É significativa sua reestruturação econômica e territorial frente às exigências do neoliberalismo e da produção flexível, com objetivos claros de inserção na produção e no consumo globalizados, criando condições materiais para maior solidariedade organizacional (SANTOS, 1996) com o resto do país e do mundo (ELIAS, 2005). Essas reestruturações se manifestam, entre outros fatores, pela difusão do agronegócio globalizado (ELIAS, 2003a, 2017). O capítulo 1 deste livro, intitulado **Ceará: reestruturação econômica e nova economia política da urbanização**, aborda esse tema, oferecendo uma contextualização mais abrangente da difusão do agronegócio no estado.

O agronegócio globalizado é caracterizado por uma rede complexa de atividades que se organizam em múltiplas escalas, incluindo produção agropecuária intensiva; atividades industriais de transformação, beneficiamento e modificação de produtos oriundos da agropecuária, comumente chamadas de agroindústria; indústrias de máquinas agrícolas, agrotóxicos, produtos veterinários; serviços de pesquisa agropecuária, finanças, extensão, logística, comércio exterior, ensino tecnológico, *marketing*, assistência técnica; comércios de fertilizantes, sementes melhoradas, peças para irrigação; redes de supermercados; fundos de investimentos, entre outras (ELIAS, 2003a, 2013, 2017).

No Ceará, entre as atividades do agronegócio que mais têm afetado a produção agrícola e industrial e as formas de uso e ocupação do espaço agrícola, além de promover mudanças nas

relações sociais de produção e conflitos socioambientais, estão culturas que até então não existiam ou eram pouco significativas no estado, como a produção de frutas tropicais para consumo *in natura* para exportação, com destaque para o melão; a criação de camarão em cativeiro (carcinicultura); e o cultivo de flores e plantas ornamentais.

Também merecem destaque atividades já existentes, que vêm passando por significativos processos de reestruturação produtiva, como a cajucultura, a avicultura, a produção de leite e de laticínios e a produção de coco-da-baía, seja do coco verde para consumo *in natura* ou para o envasamento industrial, entre outras.¹ E parte dessas produções se realiza na RMF.

Por outro lado, é evidente o crescimento da agroindústria alimentar como parte do desenvolvimento do agronegócio do Ceará, com destaque não apenas para a economia industrial, mas também para a agrícola, uma vez que alguns segmentos da agropecuária se encontram hoje monopolizados pelo capital agroindustrial, como ocorre, por exemplo, com a pecuária leiteira e com as produções de coco e de castanha de caju.

Como principais agentes à frente de todas essas atividades, temos importantes empresas e corporações, muitas de destaque nacional nos respectivos segmentos. Da mesma forma, uma gama de atividades comerciais e de serviços tem se difundido para atender às inúmeras demandas de produtos e serviços especializados das empresas do agronegócio.

O objetivo principal da pesquisa relatada, cujos resultados iniciais estão apresentados neste livro, foi estudar o agronegócio na Região Metropolitana de Fortaleza e seus principais impactos econômicos, sociais e territoriais. O ineditismo deste trabalho consiste em seu recorte espacial, voltado para uma região metropolitana específica, com grande potencial para a produção de conhecimento novo, uma vez que o tema do agronegócio globalizado ainda não havia sido explorado na RMF, assim como na maioria das regiões metropolitanas. Dessa forma, em muitos

¹ Sobre a reestruturação produtiva da agropecuária e a difusão do agronegócio no Ceará, pode ser visto Elias (2000, 2002a,b, 2003b, 2005).

aspectos, trata-se de uma pesquisa exploratória, que abrange estudos de caso, buscando uma compreensão inicial de vários processos e temas associados ao objeto estudado. Como recorte temporal, adotamos o período que vai da década de 1990, época de inflexão para a reestruturação econômica e territorial no Ceará, até o presente.

Para orientar o desenvolvimento do estudo, algumas hipóteses foram trabalhadas: 1. o agronegócio soma uma grande quantidade de atividades econômicas na Região Metropolitana de Fortaleza, sejam agropecuárias, industriais, comerciais e de serviços; 2. o agronegócio promove concentração econômica com a formação de grandes empresas e corporações associadas ao segmento; 3. o agronegócio é estrutural para a economia da cidade de Fortaleza, assim como para a (re)estruturação urbano-regional de sua região metropolitana; 4. Fortaleza é o principal centro de gestão do agronegócio do Ceará, sendo crucial para a materialização das condições gerais de reprodução do capital do agronegócio não só da região metropolitana que leva seu nome, mas de todo o Estado; 5. o agronegócio promove impactos socioambientais, afetando diretamente a produção de comunidades e povos tradicionais, gerando conflitos socioterritoriais. Destacamos que, até o momento, essas hipóteses vêm sendo comprovadas.

Como metodologia, além dos procedimentos clássicos de uma pesquisa científica, utilizamos um recurso que chamamos de matriz metodológica, uma estratégia de operacionalização de pesquisa, cuja principal função é servir como um condutor para sua execução. A matriz metodológica visa organizar de maneira encadeada, logo no início da pesquisa, os principais procedimentos e metodologias para o seu desenvolvimento, sendo composta por temas, processos, agentes, variáveis e/ou indicadores e respectivas fontes de comprovação. Esse processo está detalhado no capítulo 2, **A Região Metropolitana como recorte espacial para estudos sobre o agronegócio: questões de método e metodologia.**